

A escrita acadêmica e a construção da alteridade e da heterogeneidade

Fernanda de Quadros Carvalho Mendonça*
Ivane Laurete Perotti**

Resumo

Este trabalho configura um exercício de escrita teórica – descritiva/interpretativa – sobre os principais conceitos que referendam os estudos acerca da alteridade, da heterogeneidade e do dialogismo, no campo da construção dos modos do dizer na/da escrita acadêmica – gênero artigo. Compreender o ato de escrever em direção ao *outro* coloca-nos frente a estudos desenvolvidos por diferentes pesquisadores que desenvolveram reflexões sobre o tema. Essas reflexões recaem sobre o processo de escrita do artigo acadêmico, seus atravessamentos, condições de produção e apresentam uma interpretação das formas-tipos elaboradas por Autiher-Revuz, quando a autora parece eleger alguns elementos dos quais nos valeremos para pensar uma dinâmica metodológica passível de aplicação à análise de textos acadêmicos que, dentro do quadro conceitual, são assumidos aqui como fundantes.

Palavras-chave: Escrita Acadêmica. Modos do dizer/escrever. Alteridade. Heterogeneidade. Dialogicidade.

* Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas.

** Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas. Bolsista CAPES II

Academic writing and the construction of alterity and heterogeneity

Fernanda de Quadros Carvalho Mendonça
Ivane Laurete Perotti

Abstract

This work sets up an exercise in theoretical writing – descriptive/interpretative – on the main concepts that endorse studies on alterity, heterogeneity and dialogism, in the field of construction of ways of saying in/of academic writing – article genre. Understanding the act of writing towards the other places us in front of studies developed by different researchers who developed reflections on the subject. The reflections fall on the academic article writing process, its crossings, production conditions and present an interpretation of forms-types, elaborated by Autier-Revuz, when the author seems to elect some elements that we will use to think of a methodological dynamic that can be applied to the analysis of academic texts, within the conceptual framework assumed here as founding.

Keywords: Academic Writing. Ways of saying/writing. Otherness. Heterogeneity. Dialogic.

Introdução

Do estranhamento à tradução do conhecido, o processo que envolve as pesquisas no campo das Ciências Humanas ultrapassa as fronteiras da familiaridade. E assim deve fazê-lo tendo em vista a necessidade de deixar falar o objeto em investigação. Nesse sentido, perscrutar um objeto a ser interpretado e descrito exige distanciamentos, mesmo considerando as condições do pesquisador que se constitui em/no meio recortado. Esse fenômeno deve ser (re)pensado especialmente no campo da educação, já que abordar esse cenário é dizer de um lugar dentro do qual e pelo qual o pesquisador se institui, embora seja preciso isentar-se enquanto sujeito que efetiva a pesquisa. Entre a familiaridade e a estranheza, Amorim nos diz que “(...) a estranheza do objeto de pesquisa é afirmada enquanto a própria condição de possibilidade deste objeto” (AMORIM, 2004, p. 26).

Neste percurso, a escrita acadêmica (aqui representada pela escrita do gênero textual artigo) é o objeto central deste trabalho. Em torno dele circularão conceitos e discussões como tentativa de descrever os modos do dizer/escrever que engendram a escrita do artigo acadêmico em sua prática e didatização dentro da academia, em cursos de graduação e pós-graduação.

Observar tais modos do dizer/escrever incide sobre noções de construção da textualidade, “função da relação do texto consigo mesmo e com a exterioridade” (ORLANDI, 1992, p. 111), enquanto as marcas de si, do outro e de *outros* asseguram a incompletude da escrita e o emergir de inúmeras tensões. O texto, “uma peça de linguagem, uma peça que representa uma unidade significativa” (ORLANDI, 1992, p. 111), traduz-se em materialidade: processo do dizer a partir das condições específicas que permeiam a interpretação atualizada – isto é, em um novo/velho dizer que não corrobora a ideia de originalidade e pode confundir-se com a busca por efeitos de objetividade. Desse modo, buscamos diálogo nos conceitos e nas discussões levantadas por Authier-Revuz (1998, p.26) quanto à heterogeneidade no discurso: “toda a fala é organizada de fora da vontade do sujeito e este é ‘mais falado do que fala’”; por Benveniste (1989, p. 90), acerca da enunciação: “o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem”; por Bakhtin/Volóchinov (2006, p. 410), sobre o dialogismo: “não existe a primeira nem

a última palavra, e não há limites para o contexto dialógico (este se estende ao passado sem limites e ao futuro sem limites)”; por Amorim (2004, p. 16), sobre a alteridade: “é nela que se organiza a produção de conhecimento”; e por Assis (2018), Mello (2020), Rodrigues e Silva (2019) e Fischer (2007) quanto aos estudos sobre a escrita acadêmica. Impregnados de sentidos, alterados e alterando interpretações, tentaremos elaborar uma escrita teórico-descritiva até onde se possa pensar que iniciam uma e outra; ou não se iniciam: amalgamam-se.

O gênero artigo acadêmico e o seu contexto

Comumente proposto nos cursos de graduação e pós-graduação, o artigo acadêmico engendra um gênero de escrita formal (prática de escrita com fins pedagógicos, nem sempre encaminhados para a publicação). Aparece largamente descrito e conceituado em “manuais” e por docentes como sendo neutro, transparente, objetivo e racional. Para Authier-Revuz (1998, p.76), essa descrição “produz a imagem de um discurso absolutamente verdadeiro” – tão verdadeiro quanto o seu espaço de poder, ou a busca pela autoria e objetividade apregoada.

Em Mello (2020, p. 37) encontramos a definição do artigo como “um texto em que o efeito de unidade delimita, ainda que de maneira frágil, uma (tentativa de) relação orientada entre discursos, os quais, por sua vez, não se findam na extensão desse texto”. Para o autor, o artigo é também uma forma de o estudante se fazer ouvir porque, caso pretenda seguir uma vida acadêmica, publicar é quase uma obrigação. Dessa forma, a escrita acadêmica constitui-se como um rito de passagem a recair sobre o sujeito que deseja fazer parte do universo acadêmico. Participar e manter-se nesse ritmo é necessário, pois a produção, em si mesma, não pode cessar nesse espaço de muitas cobranças: há de se apresentar resultados de pesquisa, de estudos e de reflexões científicas pautáveis ao universo das Ciências Humanas – lugar do qual tentamos dizer.

Para além da obrigatoriedade de escrita articular, existe uma expectativa em relação à produção do acadêmico, do estudante, em vias de tornar-se operário em campo. Segundo Fischer (2007), nem sempre o

contexto sociocultural do estudante se afina com as exigências demandadas pelas práticas acadêmico-científicas. As questões que envolvem sujeito, língua, linguagem, texto e formação acadêmica, entre outras, de acordo com a autora supramencionada, precisam ser trabalhadas de modo a construir possibilidades tipológicas para a escrita da/na academia. Para ela, compreender os modos de produção escrita nesse ambiente é determinante. Apesar de as expectativas que transcorrem no contexto brasileiro não se restringirem apenas ao texto acadêmico, elas sintetizam a exigência da inovação, da pesquisa quantificável em ação e dos benefícios ou receita, com possibilidade de implantação, isso tudo sem nos determos nas investidas pela afirmação do estudante como autor e o reconhecimento da autoria.

Concordamos com Mello (2020, p.40) quando ele nos diz que “(...) tornar-se autor de um artigo científico é uma prática letrada acadêmico-científica que demanda, por parte do pós-graduando em Ciências Humanas, uma imersão num complexo processo”. A complexidade apontada pelo autor se dá tanto no âmbito do processo de escrita do artigo quanto no processo de atendimento às regras de publicação/avaliação, e pressupõe, também, a inscrição do estudante enquanto autor de seu trabalho/pesquisa, uma vez que “o título de ‘autor’ não é facilmente concedido ao sujeito no âmbito dos letramentos acadêmicos” (MELLO, 2020, p.40). Fischer (2007) e Mello (2020) apontam para o fato de as práticas letradas acadêmico-científicas criarem uma identidade comum, tanto quanto não se afina a avaliação sobre elas. Logo, não há unicidade. O estudante se encontra em um universo de tensões como “num jogo de expectativas socio-historicamente condicionadas”, em que não consegue ou pouco consegue reconhecer “como relevante, e o que as agências assumem como de relevância para a emergência de um lugar de autor científico” (MELLO, 2020, p. 48).

Noções sobre a escrita

Nessa altura do presente texto, assumimos o conceito de escrita como processo, partindo do ponto de vista discursivo, assim como

defendem Rodrigues e Silva (2019). As autoras compreendem o conceito de escrita como algo

(...) que se afasta daquele que a toma como produto, como um ato linear, individual, apartada das injunções sócio-históricas que a regulam. Ao contrário, a escrita, da perspectiva teórica assumida, é compreendida, a um só tempo, como processo e prática social, o que implica tomá-la na sua exterioridade — nas condições de produção que a engendram (RODRIGUES; SILVA, 2019, p. 49).

Assumir a escrita como prática social é entender, conforme nos explicam as autoras supracitadas, que esse é “um dos modos de o sujeito estabelecer uma interlocução com a produção e a circulação de discursos de seu tempo, de sua cultura, de sua sociedade, de relacionar-se com a história” (RODRIGUES; SILVA, 2019, p. 49). Para elas, “pensar a escrita como um processo é concebê-la como uma prática de linguagem e, portanto, uma prática discursiva, de natureza criativa, não repetitiva do ponto de vista do funcionamento do sistema, mas um *acontecimento*” (RODRIGUES; SILVA, 2019, p. 61, grifo das autoras). Nessa seara, uma das funções discursivas do sujeito é a escrita, e é através das funções discursivas que “podemos fisgar marcas de sua subjetividade, que lhe é inerente/constitutiva, o que coloca em xeque uma visão objetiva de escrita, neste caso da escrita científica como ainda preconizam alguns de seus propaladores” (RODRIGUES; SILVA, 2019, p. 61). Rodrigues e Silva (2019) ainda explicam que, quando ocorre a inscrição das práticas discursivas, é preciso compreender a natureza da escrita científica “vinculada às ordens discursivas da instituição acadêmica, que dá corpo e materialidade a diferentes saberes, produzidos e em circulação, na esfera das atividades da vida acadêmica” (RODRIGUES; SILVA, 2019, p. 61). Deste modo, asseguram as autoras que a escrita científica se encontra em “diferentes práticas discursivas, reguladas, epistêmica e institucionalmente, pelos objetos de conhecimento, métodos, modos de produção e circulação de discursos, e aqui se aportam os gêneros acadêmicos” (RODRIGUES; SILVA, 2019, p. 49-50). Ambas sinalizam que existe, ao se reconhecer o movimento das práticas discursivas da escrita no âmbito da organização da instituição acadêmica, seleção e controle dos objetos, dos modos de produção e de circulação dessa escrita e da entrada do sujeito nessas práticas. Dizem-nos que é possível apreciar, de um lado,

“as práticas de escrita produzidas no domínio do ensino da graduação (as da formação de estudantes) inscritas em uma dada ordem discursiva, orientada por fins pedagógicos, de outro, as do domínio da pesquisa (...)” (RODRIGUES; SILVA, 2019, p. 50).

Também para Assis (2018), sobre as práticas discursivas da escrita, há, de um lado, o pesquisador reconhecido e, de outro, o pesquisador em formação, ou pesquisador-aprendiz, incluindo-se nesta categoria tanto alunos da graduação como os alunos da pós-graduação. Lemos, ainda em Assis, que essa inserção no discurso científico acontece através das “práticas sociais e discursivas vividas ao longo da formação universitária” (ASSIS, 2018, p. 7).

Em consonância com os estudos sobre a natureza da escrita acadêmica e as suas condições de produção, a pesquisadora Adriana Fischer (2007) levanta o que chamou de “letramentos” em trânsito dentro da academia, em relação à composição e à atividade das práticas discursivas da escrita científica no interior das instituições acadêmicas que as regem. Nesta mesma direção assinalam Rodrigues e Silva (2019, p. 51) quando destacam que os estudantes “estão sob um regime forjado na relação com a organização, a qualificação e a repartição do conhecimento científico produzido na e por essa esfera acadêmica”. Estas últimas autoras enfatizam ainda que “a entrada na ordem do discurso da escrita científica envolve historicamente procedimentos de controle de discursos/saberes e poderes que atravessam e regulam as práticas e os sujeitos que a elas desejam pertencer” (RODRIGUES; SILVA, 2009, p. 51). Assim, diante de uma prática de escrita que tensiona determinadas regras e modelagens, há de se levar em conta também os elementos que se instalam nas/pelas relações de poder dos sujeitos envolvidos, ou seja, é preciso “inscrever-se nas práticas discursivas de um dado campo científico de modo a atender às exigências pelas quais se faz o controle dessa entrada” (RODRIGUES; SILVA, 2009, p. 52).

Desse modo, para entrar no jogo que permanece ativo, é preciso apagar as marcas da alteridade na escrita, apagar o que as pesquisadoras chamam “de afirmações inequívocas, que podem ser testadas independentemente dos sujeitos que as propuseram, proferidas, por exemplo, através do exercício da demonstração e da exemplificação” (RODRIGUES; SILVA, 2009, p. 57), como se fosse possível acionar um

sujeito do discurso embebido de neutralidade. Para elas, essa visão de neutralidade vem da “visão de ciência como prática social neutra porque procede de um método científico, segundo o qual a escolha racional entre as teorias e os objetos a conhecer não devem pautar-se por valores sociais e subjetivos” (RODRIGUES; SILVA, 2019, p. 57). Entre os que comungam dessa visão, a escrita deve ser objetiva, clara, descritora da realidade, como se a língua fosse um mecanismo dotado de transparência.

Um olhar sobre a enunciação e a alteridade

A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização (BENVENISTE, 1989, p. 82).

Quando o pesquisador francês escreve o conceito acima, dentro da teoria sobre o “Aparelho Formal da Língua”, afirma que o processo enunciativo permite a observação e a análise sob vários aspectos, mesmo quando se trata apenas das características formais da realização da enunciação: “a partir da manifestação individual que ela atualiza” (BENVENISTE, 1989, p. 83). Estabelecendo uma relação para com o trabalho de Amorim (2004, p.119), e referendando o que denominou de “a perspectiva enunciativa de vertente benvenistiana”, há, como podemos notar, o reforço da compreensão sobre o fato de a língua ser “atualizada à medida que é colocada em funcionamento por um ato individual de utilização”. Tanto Amorim (2004) quanto Benveniste afirmam ser decisiva a construção de uma metodologia que dê conta de estudar o ato em si mesmo: “Se cada enunciado/discurso, produto de uma enunciação, é único e irrepetível, é possível que as ocorrências no corpus selecionado para análise sejam inesgotáveis, abrindo um leque enorme de possibilidades analíticas” (AMORIM, 2004, p. 119).

O ato da enunciação é explicado por Benveniste como sendo a manifestação linguística do indivíduo que, ao dizer, o faz em direção a um locutor como condição necessária da enunciação, ou seja, ocorre a suposição de um diálogo: “desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o outro diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro. Toda enunciação é, explícita ou implicitamente,

uma alocação, ela postula um alocutário” (BENVENISTE, 1989, p. 84). O linguista afirma, ainda, que “antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso”, isto é, a “presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno” (BENVENISTE, 1989, p. 84).

Os sujeitos envolvidos na enunciação comungam, através do discurso, na busca e construção de sentidos que falam acerca do que falam/enunciam/escrevem. Nos termos de Benveniste (1989), locutor e alocutário referem e correferem-se. Para pensarmos sobre o processo da enunciação, seguindo o pensamento benvenistiano, devemos colocá-lo em relação à língua enquanto processo de apropriação. Para isso está o aparelho formal da língua, que permite tal apropriação, de modo a instalar a posição dos sujeitos e valendo-se de elementos iniciantes ou acessórios (BENVENISTE, 1989). O teórico francês explica que, na enunciação,

(...) a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação (BENVENISTE, 1989, p. 84).

Nessa relação com o mundo promovida pela e na língua instalam-se os modos ou formas de o locutor dar a conhecer a sua posição no processo da enunciação, ao que Benveniste chamou de “índices específicos e procedimentos acessórios”. O linguista denominou os índices específicos de “caracteres necessários e permanentes” (BENVENISTE, 1989, p. 83) da enunciação: os índices de pessoa (eu-tu), os índices de ostensão de espaço (este, aqui) e as formas temporais (do presente da enunciação).

Estabelecendo relações de compreensão para com este enfoque benvenistiano, partimos para as considerações que Amorim elabora:

O emprego das formas, embora essencial na descrição linguística, não se equipara ao emprego da língua. São dois mundos diferentes: enquanto o primeiro diz respeito ao emprego das regras sintáticas, regras de formação, correlações

morfológicas, entre outras; o segundo trata de um mecanismo total e constante que afeta a língua inteira, e é sobre o emprego da língua que Benveniste constrói sua reflexão sobre a enunciação (AMORIM, 2004, p. 121).

Nesse âmbito, desenvolver essas referências tem como objetivo chegarmos à questão da escrita enquanto processo enunciatório. Lemos em Benveniste (1989, p. 90) que se faz necessário distinguir a enunciação falada, da enunciação escrita, pois “o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem”. Acertadamente, muitos pesquisadores discutem os elementos conferidos por Benveniste, especialmente quanto às formas, levando em conta as ressalvas feitas pelo teórico: “É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto” (BENVENISTE, 1989, p. 82).

Sobre a enunciação textualizada – escrita e alteridade

Amorim (2004, p.29) considera que “sem o reconhecimento da alteridade não há objeto de pesquisa e isto faz com que toda tentativa de compreensão e de diálogo se construa sempre na referência aos limites dessa tentativa”. A relação entre o “eu” e o “outro” deve ser compreendida para que possamos mudar a maneira de nos posicionarmos no mundo. Dessa forma, é na perspectiva dialógica que podemos tratar da questão da alteridade, pois, como assegura Amorim (2004), é nela que se organiza a produção de conhecimento. Assim, ao pensarmos na escrita acadêmica, a questão do interlocutor se apresenta, pois não há como escrever sem irmos de encontro ao outro, já que escrevemos para alguém. A esse respeito, Amorim afirma: “não há trabalho de campo que não vise um encontro com um outro. Também não há escrita de pesquisa que não se coloque o problema do lugar da palavra do outro no texto (...) do outro lado, há um sujeito que fala e produz texto tanto quanto o pesquisador que estuda” (AMORIM, 2004, p. 16).

Mas, de que *outro* estamos falando? O que vem a ser a alteridade? Para Amorim (2004, p. 22), a noção sincrética da alteridade explica de

que *outro* estamos tratando: “o outro aqui é o interlocutor do pesquisador. Aquele a quem ele se dirige em situação de campo e de quem ele fala em seu texto”. Para a autora, “o outro é ao mesmo tempo aquele que eu quero encontrar e aquele cuja impossibilidade de encontro integra o próprio princípio da pesquisa” (AMORIM, 2004, p. 22). Assim, considerando o que ela denomina pertencente à “ordem do irrepitível”, devemos entender que toda e qualquer enunciação assume característica de atualização, na medida em que é colocada em funcionamento por um ato individual de uso, isto é, a mesma ordem que também atualizará a enunciação à qual faz parte o analista. “Portanto, sua análise é da ordem da irrepitibilidade” (AMORIM, 2004, p. 120).

O método, na análise da enunciação, não se dá pronto, acabado ou modelar. Antes, decorre de configuração metodológica sem pretensão de unicidade, pois “confere uma amplitude que possibilita a criação de novas formas de ver o resultado do ato enunciativo, aqui considerado como texto” (AMORIM, 2004, p. 120). Sobre isso, Benveniste (1989, p. 83) corrobora pontuando que “o ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação” e complementa que, “depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno” (BENVENISTE, 1989, p. 84). Com isso, explica que “toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocução, ela postula um alocutário” (BENVENISTE, 1989, p. 84).

O estudioso francês define a situação como “lugar de criação de referência”, a indicar o modo como a língua é empregada pelo locutor, discursivamente, ao referendar a sua relação com o mundo. Esse ato que, conforme Benveniste (1989), cria a intersubjetividade, permite ao *outro* correferir-se, fazendo parte dos instrumentos da enunciação: índices específicos de pessoa, tempo e espaço, aparelho de funções (intimação, interrogação e asserção) e procedimentos de engendramento de formas. Ou seja, “o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro” (BENVENISTE, 1989, p. 84).

Não discutiremos neste artigo as relações de complementaridade entre os índices específicos e acessórios, mas interessa-nos pensar como o

locutor/autor organiza as formas semânticas para dar conta da produção de sentidos diante da pesquisa bibliográfica, que é atravessada por tantas vozes. Dessa maneira, é importante, para o recorte do trabalho aqui desenvolvido, reconhecer as marcas que a enunciação escrita apresenta através dos índices para enunciar o lugar daquele que fala/escreve, colocando em ação um “aparelho de funções”, as quais, de acordo com Benveniste (1989), se constituem, resumidamente, do seguinte modo: pela interrogação, pela intimação, pela asserção, pelas modalidades que se apresentam nas formas verbais e pela fraseologia.

O sentido das formas é dado pelo/no discurso, objeto de análise, e sinaliza o que se chamou de “rastros” a serem observados através dos índices específicos e procedimentos acessórios na/da enunciação (MELLO, 2020). Talvez, como uma busca para encontrar quem *diz*, na compreensão de um todo discursivo textualizado: quem escreve o escrito. Nesse âmbito, cumpre lembrar que o que dizemos/escrevemos não é novo, mas já foi dito/escrito e se atualiza em novas formas e condições do dizer/escrever.

Dialogismo

Com Amorim (2004), aprendemos que a alteridade compõe o dialogismo. Assim, admitimos então que sempre haverá um interlocutor, mesmo que esse seja, como afirmam Bakhtin/Volóchinov (2006, p. 114) “representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor”. Desse modo:

(...) *a palavra dirige-se a um interlocutor*: ela é função da pessoa desse interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc.) (BAKHTIN/VOLÓCHINOV, 2006, p. 114, grifos do autor).

Segundo o mesmo autor, o processo ocorre porque o contexto e a ideologia são fatores da expressão social que compõem a linguagem, pois há a influência ideológica na/sobre a língua no cotidiano. Para ele, tais

elementos, que se organizam e se constituem no exterior do indivíduo, são o centro da enunciação: “qualquer que seja o aspecto da expressão-enunciação considerado, ele será determinado pelas condições reais da enunciação em questão, isto é, antes de tudo pela situação social mais imediata” (BAKHTIN/VOLÓCHINOV, 2006, p.114, grifos do autor). Conforme explica o mesmo estudioso, a palavra, em função do interlocutor, tem grande relevância e “comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a *um* em relação ao *outro*” (BAKHTIN/VOLÓCHINOV, 2006, p.115, grifos do autor). Significa dizer que a palavra é resultante do processo de interação, em que a linguagem é pensada em sua dimensão social, tanto pela constituição social da língua como pela possibilidade de aquisição dela por parte dos sujeitos através da interação social. Nesse movimento dialógico, encontramos que, “toda enunciação efetiva, seja qual for a sua forma, contém sempre, com maior ou menor nitidez, a indicação de um acordo ou de um desacordo com alguma coisa” (BAKHTIN/VOLÓCHINOV, 2006, p. 109) quando tratam da carga valorativa que permeia a linguagem, dando “vida às palavras, às enunciações”. Ainda, constituem-se elementos essenciais para a compreensão do discurso e das ideologias do enunciador no plano da enunciação. Desse modo, o diálogo entre ideologias e posições valorativas resulta em linguagem(ens), tendo as posições valorativas como reflexo e as ideologias como refração daquelas. Nessa visão, o sujeito se constitui dialogicamente e na relação de diálogo instala o enunciado, pois “a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados” (BAKHTIN/VOLÓCHINOV, 2006, p.116). De acordo com Bakhtin (2006), o dialogismo se concebe não só da comunicação concreta, mas também da própria consciência que se organiza por meio da linguagem. Portanto, ao estudarmos o processo da escrita é preciso considerar a perspectiva polifônica do texto. Na perspectiva de Amorim, “não há escrita criadora sem alteridade entre autor e locutor” (AMORIM, 2004, p. 18).

Metodologia

Estruturamos este trabalho através de uma pesquisa bibliográfica qualitativa-conceitual, com abordagem interpretativa/descritiva e procuramos estabelecer as relações de compreensão dos conceitos elaborados pelos autores arrolados na apresentação. O estudo recaiu sobre a leitura qualitativa de apresentação por amostragem – recortes de artigos acadêmicos compilados a partir de um curso de Pedagogia, em uma universidade pública de Minas Gerais – em atividade de avaliação de conteúdo e escrita do primeiro semestre de 2021, e sobre o registro de uma fundamentação teórica capaz de nos assegurar as reflexões levantadas. A relação epistemológica estabelecida entre as obras configurou-se um caminho para a construção de uma releitura como proposta aventada no campo metodológico. Assim, pensar as formas destacadas por Authier-Revuz (1998) como possibilidade de aplicação em análise de textualidades articulares decorre dos estudos engendrados e não se consolida uma proposta acabada, mas não nos impede de pensar a sua aplicação futuramente, em um escopo mais amplo, com a compilação e um banco de dados formado por artigos acadêmicos escritos em cursos de graduação.

Metodologia para um trabalho analítico sobre a enunciação textualizada – considerando Authier-Revuz

Mello (2020) nos fala de carência de estudos de texto sob a perspectiva enunciativa de concepção benvenistiana. Muitos pesquisadores corroboram a observação, creditando-a à inexistência de uma metodologia definida no seio da vertente defendida por Benveniste. Sem um modelo pré-determinado para se estudar a fenomenologia linguística-enunciativa, as pesquisas são escassas. Contudo, Amorim (2004) sinaliza que o processo analítico sobre a enunciação se dá em função de uma metodologia que se apresenta plural, capaz de abarcar a criação de novos modos de analisar a enunciação, aqui considerada em sua materialidade textual, seguindo a sugestão de Benveniste (1989), que comenta sobre a análise linguística, em

uma metodologia aplicada, que parte do ato de enunciação e da observação da situação que o envolve para, só depois, seguir para a análise dos recursos linguísticos que o realizam. Isto posto, entendemos ser necessário buscar fundamentos já assegurados pela pesquisa e por estudos realizados por autores que se voltam para o mesmo campo.

Na obra “Palavras Incertas”, publicada em 1998, Authier-Revuz (1998, p. 14) escreve um capítulo intitulado “As não coincidências do dizer e sua representação metaenunciativa – estudo linguístico e discursivo da modalização autonímica”, no qual discute sobre a apresentação de um traço comum nos enunciados: “em um ponto de seu desenrolar, o dizer representa-se como não falando por si, o signo, em vez de preenchê-lo, transparente, no apagamento de si, de sua função mediadora, interpõe-se como real, presença, corpo-objeto encontrado no trajeto do dizer e que se impõe a ele como objeto”. Continua a autora que “a enunciação desse signo, em vez de se realizar ‘simplesmente’, no esquecimento que acompanha as evidências inquestionáveis, desdobra-se como um comentário de si mesma” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 14). Nessas reflexões, Authier-Revuz (1998) parece eleger alguns elementos que reproduziremos, de modo a pensar em uma dinâmica metodológica passível de aplicação à análise dos textos acadêmicos - objeto deste artigo. A apresentação dos conceitos abaixo atende à sintetização dos apontamentos publicados pela autora francesa.

Primeiramente, Authier-Revuz (1998, p.19) chama de “as formas da modalização autonímica”, tipo formal através do qual a configuração sobrepõe dois planos:

1) formas explicitamente metaenunciativas “completas”, com X e uma representação do dizer de X a se realizar sobre o discurso. E indica os seguintes pontos: a) uma repartição das formas em seis tipos, alinhados em uma escala que vai dos mais aos menos explícitos; b) formas explicitamente metaenunciativas “completas”, comportando um eu digo X’ (ex.: X, eu emprego esta palavra se bem que; ela faz eu diria X’; o que eu chamo X’).

2) formas explicitamente metaenunciativas, que implicam um eu digo X’, subordinadas e sintagmas circunstanciais, aposições (ex.: X, se eu posso dizer; como se diz, por assim dizer, no sentido p, sem jogo de palavra ...; X, palavra, expressão que ...);

3) formas explicitamente metalinguísticas, com um autônimo X' ou Y' (ex.: X, a palavra X' é inconveniente; o Paulo diz X' ...; o que Paulo chama X'; X, Paulo diz Y' ...);

4) formas sem elemento autônimo, ou sem elemento metalinguístico unívoco (ex.: X, quer dizer Y; X ou Y; X, enfim, Y; X que; X, etc. ...);

5) sinais tipográficos (aspas, itálico) e de entonação;

6) formas puramente interpretativas (alusões, discurso indireto livre, jogo de palavras não marcado) que abrem para “a heterogeneidade constitutiva”.

Considerando os conceitos trabalhados por Amorim (2004) acerca da impossibilidade de se dizer no texto o que foi dito em campo, assumimos o interesse em aplicar as formas – tipologia descritiva da enunciação – que Authier-Revuz (1998) levanta para a análise de textos articulares escritos por graduandos e pós-graduandos iniciantes. Diante da hipótese de aplicação, emergem algumas questões:

Poderíamos aplicar as “quase fórmulas” das formas authierianas para qualquer texto articular?

Poderíamos analisar textos escritos e disponibilizados em revistas eletrônicas em rede sem conhecer as suas condições de produção?

Conhecendo as condições de produção de artigos acadêmicos, seria possível proceder à análise das enunciações textualizadas? Ou deveríamos recorrer ao dito por Orlandi (1992, p. 111), “as palavras não significam em si. É o texto que significa”, e assumir que a textualidade em si mesma poderia ser vista como um leque aberto de instâncias enunciativas?

Seria possível inferir, dentro do contexto da produção, uma hipótese sobre as condições de produção do sujeito escrevente?

Acreditamos que a descrição formal proposta por Authier-Revuz (1998) tem potencial de aplicação na análise da estrutura que pré-determina o desenvolvimento linguístico dos artigos acadêmicos, em sua maioria, na sequência que tentaremos interpretar. Propomos, para tanto, uma análise de artigos acadêmicos apresentados em disciplina regular da graduação, em um curso de Pedagogia de uma universidade pública de Minas Gerais, em uma atividade avaliativa do primeiro semestre letivo de 2021. Seguindo o propósito de arrolar amostras de análise, apresentamos aqui alguns recortes com o objetivo de ilustrar as formas/tipos enunciatórios escritos dentro dos estudos autherianos.

Quanto às formas explicitamente metaenunciativas “completas”, com X e uma representação do dizer de X a se realizar sobre o discurso, teríamos um evento comum em que: a) os modos do dizer/escrever que introduzem a estrutura basilar do artigo acadêmico: tendo por X as citações que se desdobram no texto, com marcação de autoria e sequência de referências, explicações e/ou outros modos de “dizer o mesmo dito”. Além do desenvolvimento da argumentação, talvez possamos inferir que tal prática ocorre por necessidade de se conferir legitimidade ao raciocínio proposto. A exemplo, o excerto A, sob o título “Letramento literário e aprendizagem da leitura”:

Exemplo 1

De acordo com os autores Bonfim, Silva e Souza, “o letramento literário se refere a capacidade que um indivíduo tem de se comunicar e conviver socialmente, mesmo não sendo alfabetizado” (BONFIM; SILVA; SOUZA, p.532). Este termo letramento se difere da alfabetização, muitas vezes sendo confundido erroneamente com a codificação e decodificação da leitura e da escrita, principalmente por estar relacionada a linguagem e ao processo educacional na aprendizagem da escrita e leitura. No entanto, as práticas de letramento estão relacionadas a utilização no contexto social. Tanto que nesse sentido pode ocorrer pessoas letradas não alfabetizadas e alfabetizadas não letradas. O termo será esclarecido e conceituado de acordo com os autores Bonfim, Silva e Souza. Será destacado também a importância das práticas em sala de aula de letramento, apontando as críticas dos autores em relação a forma que os tipos de letramentos são trabalhados no ambiente escola.

Fonte: Trabalho de conclusão de curso do graduando A.

Talvez pudéssemos desenvolver uma “cartografia” do texto, ou um mapa de seus movimentos enunciatórios, como a desdobram-se sobre o relevo da página, de modo a destacar o que entendemos na proposta de Authier-Revuz (1998). No recorte, o escrevente *diz*, sem assumir completamente o dito – valendo-se da indicação nominal dos autores “legais” (tomamos aqui o termo “legal” por indicador de publicação oficial, material, de obra que contém a citação reverberada) – mais a citação direta dentro do mesmo sintagma. Nesse âmbito, ocorre que o escrevente, ciente da incumbência de articular considerações sobre o conceito que “tomou por

empréstimo” (citação) como forma de apresentar-se e se fazer representar (e de não incorrer em plágios), tece as suas escolhas a partir do dizer de outro, para o outro (possivelmente o sujeito professor, mas não apenas ele). Esse processo, que muito nos lembra a resenha, parece dar conta de preencher as frestas autonímicas deixadas pelos espaços de recorte e de escolhas do leitor/pesquisador/escrevente. Logo, o texto articular seria um tipo de síntese de suas leituras e, para bem apresentá-las, incorre nessa “costura” entre dizeres que não seus, mas que lhe pertencem no momento do recorte e da escrita. Podemos observar, ainda, que a argumentação se complementa com indícios de um contra-argumento tomado na alteridade da escrita: “No entanto, as práticas (...)”. A locução adversativa, indicadora de oposição ou mesmo de compensação, não nos parece estar sendo empregada com este propósito, uma vez que a ideia do autor não foi contrariada. A natureza do emprego, talvez, possa ser justificada pela tensão criada pela escrita e pela necessidade de estabelecer elementos de ligação entre o que tenta dizer o sujeito escrevente na tentativa de transpor o que diz o sujeito autor. Deste modo, a locução adversativa foi acionada como “*tie*” (gravata) na tessitura do texto, o qual inicia com uma citação como que a antecipar a concepção dos autores e de todo o desenvolvimento posterior.

De acordo com as formas explicitamente metaenunciativas “completas”, comportando um eu digo X’ (ex.: X, eu emprego esta palavra se bem que; ela faz eu diria X’; o que eu chamo X’), teríamos o evento de referenciação sobre o dizer do outro na forma de citação, somado das possíveis variáveis derivadas desse dizer. Recortariamos, no evento, as citações que “costuram” o texto articular em seus modos de tecer argumentos, tal como observamos acima, mas com investimento maior sobre a paráfrase, propriamente dita: “Tanto que nesse sentido pode ocorrer pessoas letradas não alfabetizadas e alfabetizadas não letradas. O termo será esclarecido e conceituado de acordo com os autores Bonfim, Silva e Souza”. O emprego da locução conjuntiva “tanto que” dá a ideia de continuidade e de reafirmação do dito pelo autor ao ponto de receber nova paráfrase, explicação. A ideia reafirmada passa pela marca de possível autoria, ou, pelo menos, de uma tomada para si do *dizer do outro*, desdobrando-se.

Quanto às b) formas explicitamente metaenunciativas que implicam um eu digo X’, subordinadas e sintagmas circunstanciais, aposições (ex.: X, se eu posso dizer; como se diz, por assim dizer, no sentido p, sem jogo de

palavra ...; X, palavra, expressão que ...); parecem-nos demarcar a *busca* pela objetividade dos/nos artigos acadêmicos, no modo de dizer/escrever que revela a crença na transparência da língua. Quando o propósito linguístico não se desenvolve com a “clareza” desejada (e obviamente tal não será possível), as derivações desdobram-se nas variáveis sintagmáticas, com a intenção de completude e conclusão (ambas igualmente improváveis). Elegemos o recorte B, entre as amostras compiladas, com o título “Letramento literário”:

Exemplo 2

(...) uma prática de incentivo à leitura e à escrita apresenta a definição de letramento de Rildo Cosson (2014): o letramento é o processo de apropriação da literatura enquanto construção literária de sentidos. Sendo assim, letramento literário parte do princípio da interpretação do que se é lido. O letramento literário, como definido a cima, diz respeito as práticas sociais da escrita, e quando se fala de mulheres presentes na literatura, está se falando da questão social da equidade de gêneros. Marina Colasanti apresenta de forma muito sábia a história das mulheres escritoras, mostrando desde o início, quando elas tinham que usar pseudônimos masculinos, até os dias atuais onde vemos escritoras nos diversos gêneros literários.

Fonte: Trabalho de conclusão de curso do graduando B.

Este recorte apresenta o retorno do escrevente ao texto – primeiro, um texto que não é seu –, cujo conceito, para ele, deve ser desdobrado em tentativas de maior “clareza”, e talvez, de conjunção, especialmente do locativo “como defino acima”.

Para Authier-Revuz (1998), c) as formas explicitamente metalinguísticas, com um autônomo X' ou Y' (ex.: X, a palavra X' é inconveniente; o Paulo diz X' ...; o que Paulo chama X'; X, Paulo diz Y' ...); estariam para o reconhecimento das marcas da enunciação antitética, especialmente, na fundamentação teórica dos artigos acadêmicos, ao passo em que o dizer do outro (citação) está a serviço de uma refutação ou implica realçar a alteridade no processo de “revelação” por derivação de uma ideia, conceito ou teoria. As variáveis estariam no plano da contestação justificada, com desdobramentos de sentidos a serem re/construídos através das escolhas semânticas. No recorte do artigo C, encontramos uma possível exemplificação:

Exemplo 3

Ângela Kleiman conceitua o termo letramento como práticas de leitura e escrita, mas está além da simples alfabetização, em outras palavras, não basta apenas saber ler. Mas Magda Soares, considera que letramento não seja apenas exercer práticas de leitura e escrita, mas onde a escrita consegue fazer a interação entre pessoas e como elas a interpretam, considerando letrado aquele indivíduo que usa socialmente a escrita e a leitura dando conta de responder às demandas sociais que as implicam.

Fonte: Trabalho de conclusão de curso do graduando C.

Ressaltamos que não fizemos qualquer alteração, correção nos textos coletados e chamamos a atenção para o fato de o sujeito escrevente não ter referendado os conceitos e as indicações dos autores respectivos de acordo com as regras da ABNT. Contudo, nosso olhar recai mais para uma possibilidade inconsciente de apagamento das vozes implicadas, do que propriamente na incorreção das regras de escrita acadêmica. Todavia, esta é apenas uma possibilidade de leitura dentre as muitas que podem ser evocadas diante do excerto apresentado. Dentre elas, apontamos o uso de um “operador argumentativo”, o “mas”, provido de carga semântica de contradição e reverberado no emprego do advérbio excludente “apenas”: “Mas Magda Soares, considera que letramento não seja apenas exercer práticas de leitura e escrita”. No formato como se apresenta o texto, o leitor deverá buscar na fonte a corroboração da referência de exclusão e contrariedade.

No caso d) das formas sem elemento autônomo, ou sem elemento metalinguístico unívoco (ex.: X, quer dizer Y; X ou Y; X, enfim, Y; X que; X, etc. ...), entendemos ser possível observar no dizer/escrever que se registra na enunciação caracterizada pela escolha da palavra em relação ao suposto sentido pré-estabelecido, ou seja (movimento este que aparece na locução empregada aqui), “é o que se diz ao dizer”, como prerrogativa da não transparência da língua. Estariam presentes nas afirmações/citações feitas *pelo outro*, considerando a operação linear única, na transposição típica das equações interpretadas pela Matemática Discreta. O valor de verdade/afirmação estaria sendo tomado pelo enunciado *de outro* dentro do dizer aparentemente distanciado do enunciador/escritor. Postulamos a possibilidade de tais formas descreverem-se no espaço das análises que

configuram um ponto importante da escrita articular. Assim, apresentamos o exemplo do recorte extraído do texto D acreditando que, a partir das inúmeras leituras realizadas nos muitos textos articulares compilados, esse tipo/forma em Authier-Revuz (1998) é o mais comumente encontrado. O título do artigo D é “A importância da literatura relacionada à alfabetização e letramento em sua teoria e prática”.

Exemplo 4

Para alfabetizar não existe um método, o ideal é que seja a partir da realidade de cada sujeito, para que a prática e teoria estejam alinhadas e a construção do processo de aquisição do sistema de leitura e escrita seja significativa. Segundo Magda Soares, alfabetizar e letrar é um processo indissociável que deve ocorrer simultaneamente. Para a autora alfabetizar não é um “sistema convencional de uma escrita alfabética e ortográfica, foi, assim, de certa forma obscurecida pelo letramento, porque este acabou por frequentemente prevalecer sobre aquela, que, como conseqüências, perde sua especificidade (SOARES, 2004, p. 11). Sendo assim, é importante como profissionais na área educacional que busquemos promover a literatura nos espaços escolares buscando propor projetos de incentivo à leitura com metodologia e didática atrativa para os educandos.

Fonte: Trabalho de conclusão de curso do graduando D.

A estrutura que alimenta os argumentos delinea-se pelo convite à voz presentificada constantemente: 1) “Segundo Magda Soares, alfabetizar e letrar é um processo (...)”; 2) “Para a autora alfabetizar não é (...)”; 3) “Sendo assim, é importante (...)”. E observamos que, na intensão de “colar” os conceitos, o sujeito escrevente nos passa a impressão de um quebra-cabeças, quando, no exemplo 3, perde a adequação frasal, marcando acentuadamente o próprio movimento de colagem. As duas vozes (entre as outras tantas) se encontram, mas sem a harmonia da construção sintático-semântica, mesmo tratando de reafirmar o dito com o emprego da locução conjuntiva/condutor discursivo “sendo assim” na oração seguinte.

e) os sinais tipográficos (aspas, itálico) e de entonação podem ser encontrados no decorrer dos textos como movimento que se potencializa em “efeitos do dizer” – marcas que indiciam a condição de autoria no plano das ações de interpretação e referenciação. Representamos essa forma/tipo com o recorte do texto D, acreditando fazermos a devida interpretação:

Exemplo 5

Fanny Abramovich em seu livro *Literatura infantil: gostosuras e bobices*, fala que ao contarmos uma história, a mesma não deve ser contada de qualquer maneira, deve ser lida antes pelo narrador.

Concluimos que; durante a primeira infância, quando a criança não “lê sozinha”, a leitura é um trabalho em “parceria” e o adulto é quem vai “dando sentido” a essas páginas que, para o bebê não seriam “nada”, sem sua presença e sua voz. Por isso, os primeiros mediadores de leitura são os pais, as mães, os avós e os educadores da primeira infância e, “gradualmente”, à medida que as crianças se aproximam da língua escrita, vão se somando outros professores, bibliotecários, livreiros e diversos.

Fonte: Trabalho de conclusão de curso do graduando D.

No primeiro parágrafo, o uso do itálico corresponde às regras de apresentação de uma obra que, apesar de não estar referencialmente completa, é suficiente. No segundo parágrafo, o uso de aspas é interpretado por nós como forma de destacar os termos marcados e suas implicações semânticas. Podemos notar uma certa sequencialização topicalizada no decorrer dos sintagmas, talvez, com o desejo de tomar os sentidos dentro de uma ótica que impede outras.

Quanto às f) formas puramente interpretativas (alusões, discurso indireto livre, jogo de palavras não marcado) que abrem para “a heterogeneidade constitutiva”, estas se manifestam no maior volume de registros passíveis de análise, sobre as quais deslizam as fronteiras de um dizer “a partir de” e/ou um dizer considerado plágio. O exemplo que apresentamos aqui é tão somente um dos tantos recortes que encontramos, pois entendemos que esta forma/tipo authieriana é a mais produtiva e recorrente entre os artigos pesquisados. O título do texto é “Letramentos”:

Exemplo 6

De acordo com Street (2015), “o termo letramento designa as práticas de escrita, desde a capacidade do indivíduo de interagir nos diferentes contextos de uso da escrita”. (BONFIM; SILVA; SOUZA, p. 530; 2016; apud, Street, 2015). Nesse sentido, é importante desenvolver no contexto escolar práticas de uso da linguagem, visando uma formação holística para que o aluno compreenda e se aproprie das práticas socioculturais através da leitura literária na escola por ser um ambiente propício para consolidação e sistematização dos processos de escritas e leitura...

Fonte: Trabalho de conclusão de curso do graduando B.

Mediante essas ocorrências, retomando o que diz Benveniste (1989), é preciso iniciar a análise no e pelo ato de enunciação, a fim de, assim, levantarmos os “efeitos” de sentido que atravessam e marcam a materialidade textual. Entretanto, analisar o evento linguístico na enunciação escrita configura uma tentativa de conhecer as condições de produção do texto, neste caso, o artigo acadêmico. Desta forma, a releitura das classificações levantadas por Authier-Revuz *como e para aplicação analítica* sugerem possibilidades que se mantêm abertas, em uma comunidade que oferece incontáveis possibilidades de leitura.

A título de (in)conclusão

No âmbito das práticas discursivas recortadas no gênero artigo acadêmico, perceptivelmente preferenciais para o contexto das publicações, chama-nos a atenção a presença de uma espécie de política de escrita científica, centrada em um tipo específico de artigo, o experimental, que se enquadra, no tocante à sua arquitetura textual e argumentativa, em um quadro de algumas regras e muitas tensões. Para fins de ensino e exercício acadêmico de escrita, como explica Fischer (2007), podemos encontrar processos de letramentos acadêmicos que transcorrem nos cursos de graduação, demarcando o espaço da escrita científica em graduação. Ou seja, a depender das condições de produção do artigo, das relações sócio-históricas que referenciam os sujeitos escritor/leitor, estudante/avaliador-professor, encontramos uma gama distinta de textos que corroboram a ideia da não univocidade do gênero articular.

Mesmo que se considere a existência de regras que configuram o “artigo acadêmico”, parece possível aventar que elas ocorrem como referência para quaisquer textos de escrita de pesquisa no domínio das práticas discursivas da academia. Se não existe um “modelo”, propriamente, as exigências encaminham para um único modo de escrita, uma única forma de textualizar o vivido da pesquisa, a despeito da natureza e dos propósitos do objeto em estudo, do campo disciplinar que o engendra e do sujeito escrevente. Seria tão somente pela análise linguística que se poderia propor maior nitidez sobre a investigação da textualidade escrita.

Em busca desse diálogo, elaboramos “uma” interpretação das formas (tipos enunciatórios) propostas por Authier-Revuz (1998), como possibilidade de aplicação metodológica, pensando na alteridade e na heterogeneidade que constitui e instala todo o processo que atravessa a escrita acadêmica articular iniciante. Tal proposta, em tempo e em outro trabalho, será aplicada à análise linguística de textos articulares completos, produzidos por acadêmicos iniciantes, com o intento de analisar a progressão das formas/tipos dentro da mesma textualidade.

Referências

AMORIM, Marília. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas**. São Paulo: Musa, 2004.

ASSIS, Juliana Alves. **Escrita acadêmica/escrita científica: das formas de presença do autor, do outro, das áreas de conhecimento e seus domínios disciplinares**. Projeto de pesquisa da Chamada Universal MCTIC/ CNPQ 2018. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2018.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas: as não coincidências do dizer**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich / VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Tradução de M. Lahud e Y.F Vieira. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. *In*: BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral II**. Tradução de Eduardo Guimarães. São Paulo: Pontes, 1989.

FISCHER, Adriana. A construção de letramentos na esfera acadêmica. 2007. 341f. **Tese** (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2007. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/89764>. Acesso em: 12 out. 2021.

MELLO, Adriano Caseri de Souza. Letramentos acadêmicos e o processo de autoria em artigos científicos produzidos por pós-graduandos em Ciências Humanas. 2020. 130f. **Tese** (Doutorado em Estudos Linguísticos). Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista (UNESP), São José do Rio Preto, 2020.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento de sentidos**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

RODRIGUES, Daniella. Lopes Dias Ignácio.; SILVA, Jane. Quintiliano Guimarães. O ensino da escrita de artigo acadêmico na web: suas práticas discursivas e jogos de verdade. *In*: ASSIS, Juliana. Alves; KOMESU, Fabiana. (org.). **Ensaio sobre a escrita acadêmica**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2019. p. 43-63.